

# **Fernando Pimentel assina carta de compromisso com os trabalhadores de Minas Gerais**

**19/05/2014 - 16:29**

## **Documento aprovado na 13ª Plenária Estatutária da CUT-MG tem 13 itens gerais e propõe negociações permanentes de pautas específicas das categorias**

Os delegados da 13ª Plenária Estatutária da CUT-MG Valdisnei Honório da Silva – “Uma Outra Minas é possível” aprovaram, na manhã de domingo (18), último dia da atividade, uma carta compromisso dos trabalhadores que vai ser apresentada aos candidatos ao governo do Estado de Minas Gerais. O texto apresentado pela presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT-MG), Beatriz Cerqueira, foi assinado pelo pré-candidato do PT, Fernando Pimentel, que compareceu à plenária acompanhado dos deputados Paulo Lamac, Odair Cunha e por Roberto Carvalho.

“A CUT não vai assumir uma posição adesista. Queremos que os candidatos se comprometam com as reivindicações gerais da classe trabalhadora e com a garantia de negociar as pautas específicas durante o mandato”, disse Beatriz Cerqueira.

As ações de compromisso solicitam uma participação aberta dos movimentos sindicais e sociais e o restabelecimento do diálogo com o governo, o fortalecimento do Estado, mais investimentos em saúde e educação, melhorias salariais para servidores públicos e a não privatização de empresas estatais, dentre outros. O documento tem 13 itens e apresenta ações que devem ser realizadas e priorizadas por Fernando Pimentel, caso seja eleito para comandar Minas Gerais entre 2015 e 2018.

“Vim aqui para assumir um compromisso, mas vim também para pedir aos companheiros e companheiras que esse compromisso que eu vou assumir seja de mão dupla. Temos que estar juntos para a tarefa que nos espera”, pediu Fernando Pimentel aos delegados da 13ª Plenária Estatutária da CUT-MG.

Ao mesmo tempo, o pré-candidato disse que governar o Estado poderá ser ainda mais difícil do que vencer o pleito, em outubro. “Não há como resolver essa questão se nós não estivermos juntos. Não no momento da campanha. Esse é fundamental, sabemos fazer. Mas a campanha termina em outubro. Mais importante do que isso é nós estarmos juntos ao longo de quatro anos de governo. Porque, se chegarmos lá, não será um governo fácil. Será de reconstrução. Juntos vamos reconstruir Minas Gerais”, disse.

Pimentel criticou o ciclo de governo do neoliberal, que há 12 anos dirige o Estado e não dialoga com os movimentos sindicais e sociais. "Estamos vivendo talvez o pior, ou um dos piores momentos em Minas Gerais na relação entre poder executivo e movimento sindical. Nunca houve na história um momento em que as entidades representativas dos trabalhadores, especialmente do setor público, fossem tão desprezadas, pisoteadas, e afastadas da verdadeira negociação, legítima e respeitosa, como deve ser entre o governo constituído e os trabalhadores. O governo ainda amordaça a mídia que também não voz aos movimentos sindicais e sociais no Estado."

O pré-candidato disse, ainda, que não irá privatizar as estatais de energia (Cemig) e água e esgoto (Copasa), e que deverá priorizar a prestação de serviços públicos nessas empresas, ao invés do lucro de acionistas.

### **CARTA COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE MINAS GERAIS**

- 1) Fim da política de criminalização das lutas sociais; 2) Investimento nas áreas de saúde, educação, mobilidade urbana, habitação, agricultura familiar, segurança pública e saneamento básico, de modo a garantir à população serviços públicos de qualidade, sem modelo de privatização;
- 3) Reversão do processo de privatização da Cemig e da Copasa;
- 4) Instituição do piso salarial regional;
- 5) Defesa das reservas naturais do estado, com o estabelecimento de rigorosa fiscalização na área da mineração; 6) Discussão com os trabalhadores sobre a política de desenvolvimento regional;
- 7) Reconhecimento do direito de negociação coletiva no setor público estadual, concurso público e fim da política de terceirização;
- 8) Apoio ao plebiscito da constituinte exclusiva pela reforma do sistema político;
- 9) Aplicação da Lei 11.738/08 do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério da rede estadual;
- 10) Aplicação do mínimo constitucional nas áreas de saúde e educação e valorização das universidades estaduais;
- 11) Envolver os trabalhadores metroferroviários na discussão e definição da implantação da gestão do sistema do metrô de Belo Horizonte e região metropolitana, sem modelo de privatização;
- 12) Realização de reforma agrária, apoio à agricultura familiar, aos assentamentos existentes e pelo fim do trabalho escravo;
- 13) Discussão das plataformas de governo com os trabalhadores e movimentos sociais.